CRÉDITOS ESPECIAIS

Créditos de R$ 7,4mi custearão estruturas na UPA e Hospital Municipal

Programa já tem 115 municípios habilitados, entre eles Tangará

SERGIO ROBERTO / Enfoque Business

A Câmara Municipal aprovou na sessão ordinária desta semana os projetos de lei 66 e 67/2024, que autorizam ao município de Tangará da Serra a abertura de créditos especiais no valor total de R$7.481.068,43 para fins de custeio das estruturas físicas da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e do Hospital Municipal, bem como os trabalhos de assistências hospitalar e ambulatorial.

As duas proposituras – a primeira de R$3.068.460,42 e a segunda no valor de R$4.412.608,01 – constaram na ordem do dia da sessão ordinária e foram aprovadas por 13 votos entre os 14 vereadores. As duas matérias têm como justificativas o enfrentamento ao surto endêmico resultante do avanço significativo da dengue, chikungunya e zika, cujas notificações se aproximam das 7.000 no município.

> Os créditos especiais foram viabilizados a partir de superavit

Neste enfrentamento se incluem as contratações em caráter de urgência de 40 novos profissionais nas esquipes de Saúde, aprovadas semana passada através do projeto lei 068/2024.

Os créditos especiais foram viabilizados a partir de superavit orçamentário proporcionado por arrecadação maior que a prevista, com previsão de excesso de R$4.751.641,89 até o final desse exercício.

Pelo PL 66/2024, o crédito especial de R$3.068.460,42 será utilizado no custeio de assistência hospitalar e ambulatorial. Já o PL 67/2024 consiste em crédito especial de R$4.412.608,01 para custeio de insumos e medicamentos e, também, manutenção das estruturas físicas da UPA e do Hospital Municipal.

REFORÇO NA EQUIPE - Os créditos autorizados através dos projetos de lei 66 e 67/2024 respaldam as contratações de 40 profissionais da área da saúde autorizadas semana passada mediante aprovação do projeto de lei 68/2024, de autoria do Executivo.

Custeio das estruturas físicas e trabalhos

As contratações tem por objetivo reforçar o enfrentamento ao surto endêmico compreendido pela agressividade e alto número de casos de dengue, chikungunya e zika.

Dos 40 novos profissionais, seis são médicos plantonistas, quatro são profissionais de enfermagem, oito de farmácia, quatro são técnicos farmacêuticos e 18 são técnicos em enfermagem.

As contratações ocorrerão assim que os valores correspondentes ao custeio estiverem lançadas no orçamento do município.

Cobrança feita ao secretário de saúde

EVITAR COLAPSOS

Dr. João cobra veto a empresas que abandonam contratos de hospitais

Ideia é desclassificar empresas que não cumpriram acordos anteriores

Assessoria

O deputado estadual Dr. João (MBD), presidente da Comissão de Saúde, Previdência, Assistência Social da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, aproveitou a convocação do secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo (União), na terça-feira, 2 de abril, para cobrar uma solução conjunta para que empresas que já prestaram serviços ruins nos hospitais do estado sejam desclassificadas de novos certames, a fim de evitar novos colapsos como o que acontece no setor de ortopedia no Norte de Mato Grosso.

Dr. João, em sua fala, destacou a frustração com o processo de licitação, onde empresas ganham o direito de prestar serviços a hospitais, mas falham em cumprir os termos acordados. “Faz uma licitação para um determinado hospital, a empresa ganha, chega em você e diz que precisa de uma semana a mais para fazer a escala,” disse ele, questionando a eficácia do sistema atual.

O deputado também criticou a prática recorrente de empresas que rompem unilateralmente contratos, causando “uma loucura no estado”, e questionou a falta de medidas para impedir que tais empresas participem de novas licitações.

Gilberto Figueiredo disse que, em relação a isto, não há muito o que possa fazer no momento. “No mundo privado, fazemos tudo o que lei não proíbe. No público, só fazemos o que ela permite,” explicou ele. O secretário reconheceu a necessidade de punir empresas que não cumprem contratos, mas ressaltou que não possui autoridade para impedir a participação delas em licitações.

Porém, ele revelou que iniciou discussões com órgãos de controle para permitir uma avaliação mais rigorosa dos antecedentes das empresas, visando bloquear aquelas que falharam em contratos anteriores.